



**Lula lá**

O recall da delação da Camargo Correa não será decorativo nem apenas centrado em São Paulo. A empresa trará revelações importantes sobre seu relacionamento com Lula.

**Mais um esqueleto**

Os problemas de Lula, por sinal, estão longe do fim. O Ministério Público reabriu inquérito que apura se a Portugal Telecom pagou propina ao PT. Dirceu e Palocci também estão enrolados.

**Bem de vida**

Aliás, o tempo na cadeia parece não ter sido suficiente para secar o caixa de Antonio Palocci. Ele pagará 1 milhão de reais em honorários ao advogado que negocia sua delação.

**Abatido em pleno voo**

Geraldo Alckmin tomará novas pedradas em uma delação que está no forno. Segundo a denúncia, seu cunhado recebeu dinheiro em um endereço na Avenida Nove de Julho, em São Paulo.

**Paz fugaz**

A delação de Eduardo Cunha voltou a andar. Dos muitos políticos entregues, Michel Temer é mesmo a estrela.

**Pego na mentira**

Uma gravação põe em xeque o depoimento de Ricardo Saud sobre o governador Robinson Faria e o deputado Fábio Faria. Em delação, o executivo da JBS disse que eles receberam 10 milhões de reais da empresa.

**Relações perigosas**

Muita gente estranhou o fato de Ricardo Lewandowski não ter se declarado impedido no julgamento que libertou o advogado Wilier Tomaz. Os dois eram colegas de vinho.

**No limite**

O círculo íntimo de Aldemir Bendine crava que a delação dele é uma questão de tempo. Lida, seu apelido, já estava em depressão antes de ser preso.

**Magnânimo na vitória**

Depois de derrubar a denúncia, Temer poderia optar entre dois discursos para o pronunciamento. Um era mais raivoso. Ele preferiu o tom apaziguador.

**Em dívida**

Quem não se saiu muito bem na votação foi Gilberto Kassab. Ele havia prometido ao governo pelo menos 90% dos votos do PSD. Entregou 66%.

**Lições da chefia**

Eliseu Padilha e Antonio Imbassahy agora pedem aos visitantes que deixem celulares do lado de fora do gabinete.

**Acelerando**

A montagem dos palanques de João Doria nos estados está a pleno vapor. Nos próximos dias, ele vai conversar com índio da Costa, potencial candidato ao governo do Rio.

**Em causa própria**

Desde os 7 anos de idade José Serra quer mandar no país. A adoção do parlamentarismo numa reforma política, tese que ele defende, é sua última cartada.

**A indecisa**

Marina Silva costuma cumprir um ritual pré-eleitoral: antes de anunciar a candidatura, ela faz exames de saúde. Neste ano, já realizou dois checkups — e nada. Na Rede, há muita apreensão.

**O resistente**

Um grupo de empresários paulistas promoverá em breve um jantar em homenagem a Joaquim Barbosa. A ideia é convence-lo a disputar a Presidência.





### **Sob nova administração**

O estilo de Fabio Schvartsman começa a aparecer na Vale. No diagnóstico que será mostrado aos conselheiros, a mina de níquel da Nova Caledónia deve ser vendida ou desativada.

### **O fim de um ciclo**

Roberto Justus vai deixar o mundo da propaganda. Ele sai da Newcomm em novembro para se dedicar a projetos artísticos e pessoais.

### **Às compras**

A PetroChina ainda tem 3 bilhões de dólares para investir no Brasil.

## Entrevista - Angus Deaton

### Marcha para o progresso



*Apesar da ameaça do protecionismo e do nacionalismo, o mundo está cada vez melhor para viver graças à preocupação coletiva com o bem-estar, diz o Nobel de Economia*

Angus Deaton, professor da Universidade Princeton, é um dos mais influentes economistas do mundo em questões sociais. Em estudo recente, Deaton e a pesquisadora Anne Case, sua mulher, descobriram o inesperado aumento da taxa de mortalidade de homens brancos de meia-idade nos Estados Unidos, depois de quase

100 anos de queda. As causas estão ligadas à marginalização social de trabalhadores sem diploma universitário que ficaram desempregados por um longo período. É o segmento que ajudou a eleger o populista Donald Trump. Apesar desse fenômeno, o escocês naturalizado americano, ganhador do Nobel de Economia em 2015, discorda da onda de pessimismo representada pela ascensão de Trump e de políticos com discurso nacionalista. Argumenta que já houve períodos catastróficos, como as guerras mundiais, e diz que, a longo prazo, há uma força coletiva que guia

o mundo rumo a progressos sociais como a melhora da qualidade de vida e a redução da pobreza. O fenômeno dá nome ao livro *A Grande Saída* (Editora Intrínseca), de 2013, cuja edição brasileira acaba de ser lançada. De Princeton, Deaton, aos 71 anos, deu a seguinte entrevista, por telefone.

***O que é a grande saída que dá nome ao livro?***

É a libertação de milhões de pessoas que antes viviam na condição de prisioneiras da pobreza, com privação material, baixa expectativa de vida, doenças. Em todo o mundo, nos últimos 250 anos, milhões e milhões de pessoas ascenderam a padrões de vida mais elevados, com avanços na saúde e na educação. Os padrões de vida hoje são significativamente melhores que os de um século atrás. Um número maior de pessoas se livrou do risco de morte prematura e vive o bastante para usufruir a prosperidade. Além disso, o rápido crescimento econômico em muitos países desde a II Guerra Mundial ajudou a tirar centenas de milhões de pessoas da miséria. Recentemente, a China e a Índia são os maiores exemplos disso.

***A onda de pessimismo mundial, com a ascensão de movimentos nacionalistas e protecionistas, sobretudo depois da vitória do Brexit e de Donald Trump, não abalou seu***





### **otimismo?**

Não, continuo otimista. Você citou dois fatos negativos. Mas Emmanuel Macron venceu as eleições na França, derrotando Marine Le Pen. Na Holanda, o partido de extrema direita não ganhou. Nesse período de 250 anos de que trata o livro, houve décadas em que coisas terríveis aconteceram: duas guerras mundiais, o holocausto, o Grande Salto para a Frente, na China, o vírus da aids e o seu impacto na expectativa de vida na África. Foram grandes reveses. A questão agora é se estamos à beira de um novo revés na história. Eu não sei a resposta. Mas, ainda que isso seja verdade, penso que, no longo prazo, o futuro será brilhante. O motivo pelo qual prosperamos nos últimos 250 anos é que passamos a contar com a determinação de nossa capacidade racional para solucionar problemas sociais, fazer progressos na qualidade de vida e perseguir a felicidade. Existe hoje a preocupação em tornar o mundo um lugar melhor. Há uma força coletiva que empurra o mundo nessa direção.

***Apesar desse avanço, muitas pessoas ficaram para trás. São os chamados perdedores da globalização. O senhor acredita que, depois de Trump e do Brexit, os políticos passaram a focar a melhora da vida desses eleitores insatisfeitos?***

Não vejo sinais de que isso esteja ocorrendo, além da retórica. Políticos entenderam as vontades dos eleitores que não se sentem representados. Estão falando mais sobre o assunto, mas não estão fazendo nada para melhorar a situação.

### ***Qual a ameaça à redução da pobreza e da desigualdade no mundo?***

Uma das questões sobre as quais eu não falo de forma suficiente no livro, mas deveria fazê-lo, é a mudança climática. Ela terá efeitos ruins para os mais pobres e provavelmente vai exacerbar a desigualdade. Os países ricos têm maior capacidade de mitigar as consequências negativas do que as nações mais pobres. O protecionismo é outra ameaça. A globalização trouxe enormes benefícios para milhões, bilhões de pessoas ao redor do mundo. Trouxe grandes benefícios também para os países ricos, como produtos que se tornaram muito mais baratos e acessíveis. Quem poderia imaginai; alguns anos atrás, que o avião mais comum em Newark, aeroporto da região de Nova York, seria fabricado no Brasil?

### ***Desigualdade e pobreza costumam ser associadas à renda. O senhor diz que é uma definição incompleta. Por quê?***

Sou um discípulo de Amartya Sen (indiano que ganhou o Nobel de Economia em 1998). Ele passou a maior parte da vida tentando fazer as pessoas entender que o bem-estar não é apenas uma questão de dinheiro. A lista do que faz a vida valer a pena certamente inclui dinheiro, mas também muitas outras coisas. Saúde é uma delas, assim como educação, participação na sociedade, amizade, tudo aquilo que faça alguém sair da cama pela manhã e amar a vida.

### ***É possível separar a desigualdade de renda da***

### ***desigualdade de oportunidades?***

Penso que não. Uma das ideias que derivam da igualdade de oportunidades é assegurar que o sistema educacional funcione bem para crianças pobres, que lhes garanta boas chances de acesso. É importante também que a Justiça não atue de modo a favorecer as pessoas ricas. Mas não acredito que a busca pela igualdade de oportunidades seja suficiente. A própria desigualdade de renda pode pôr em risco as oportunidades. Ricos vão gastar muito dinheiro para reforçar as chances de que os seus filhos se saiam bem na vida.

### ***A desigualdade é vista como algo necessariamente ruim. Mas o senhor fala de um lado positivo. Como distinguir a boa desigualdade da má?***

É mais complexo do que isso, porque a mesma desigualdade pode ter lados positivos e negativos. Alguém pode ficar rico graças a alguma inovação maravilhosa, mas essa mesma pessoa pode usar esse dinheiro de maneira política para prejudicar terceiros. Essa pessoa será um exemplo de boa e má desigualdade. Boa parte da desigualdade social nos Estados Unidos, e no mundo, tem a ver com indivíduos que buscam fazer o que chamamos de rent seeking, ou seja, persuadir o governo a lhes conceder favores especiais e privilégios. Pense na indústria farmacêutica fazendo lobby no Congresso americano e em como os seus executivos ficam ricos obtendo leis favoráveis aos seus negócios.

### ***Por que o senhor critica a ajuda internacional oferecida aos***





***pobres e miseráveis dos países africanos?***

O desenvolvimento econômico exige um contrato social entre o governo e a população. Essa é a base para o desenvolvimento. Isso se dá por meio da cobrança de impostos e dos gastos públicos. Por esse contrato, o governo tem a função de fazer algo pela população. Se esse governo é total ou amplamente financiado pela ajuda de outros países, então os políticos não terão incentivos para prestar atenção às reivindicações da população. O desenvolvimento não vai acontecer nessas circunstâncias. E o que vemos em países pobres.

***Existem casos em que o governo tem dinheiro mas as políticas de combate à pobreza não são efetivas como se poderia esperar?***

Sim. Governos colonialistas, por exemplo, não têm interesse em ajudar os pobres, apenas em explorá-los. Ditadores também agem assim. A sua pergunta presume que todos os governos querem reduzir a pobreza. Não acho que isso seja verdadeiro. Todos os governos dizem que querem reduzir a pobreza, mas em muitos países não há nenhum interesse em fazê-lo na prática. Considerando as experiências já realizadas no mundo, quais se mostraram mais eficientes para reduzir a pobreza e a desigualdade?

***O progresso pode produzir***

***desigualdade. Se você é contra a desigualdade, é contra o progresso também?***

Temos, portanto, de ser muito cuidadosos ao falar em reduzir a desigualdade. Novas fugas de pessoas da pobreza trarão novas desigualdades, porque o progresso não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo. Sobre a pobreza, historicamente, o principal fator para reduzi-la é o crescimento econômico. Nisso a globalização ajudou muito.

***Sendo o crescimento econômico o principal motor para reduzir a pobreza, o que pode ser feito em países em recessão, como o Brasil?***

Procuro ser muito cuidadoso e não fazer recomendações específicas para países. Nenhuma nação dispõe de recursos ilimitados. Dito isso, as questões básicas são sempre as mesmas: de onde vem o dinheiro público, quem paga por ele e quem se beneficia? Eis algo que cada país precisa definir, considerando seus valores, seu contexto e as políticas para isso.

***O tema da desigualdade ganhou popularidade com o livro O Capital no Século XXI, do francês Thomas Piketty. Ele defende a criação de um imposto global sobre fortunas para reduzir a desigualdade. Qual a sua opinião?***

Não tenho interesse em falar de ideias cuja possibilidade de se tornarem realidade não existe. Mas

um dos pontos importantes sobre Piketty é que seu trabalho atraiu enorme atenção sobre um tema fundamental, na medida em que muitas pessoas escondem sua riqueza em contas internacionais e paraísos fiscais. Essa foi uma das motivações para que ele sugerisse o imposto global. Mas, na verdade, seja em países ricos, seja nos pobres, essa riqueza está escondida e fora do alcance das autoridades fiscais.

***O senhor e a pesquisadora Anne Case descobriram o aumento de mortes dentro de um grupo específico da população americana. Qual a explicação?***

Estudamos o grupo formado por homens brancos de meia-idade, não hispânicos, nos Estados Unidos. Constatamos que, depois de quase 100 anos de queda da mortalidade, essa taxa passou a subir em 1998. As mortes ocorrem principalmente de três formas: overdose de drogas e medicamentos, suicídios e doenças de fígado causadas pelo álcool. Chamamos o fenômeno de "mortes por desespero". São quase sempre pessoas sem diploma universitário e sem boa formação educacional, indivíduos que se deram mal na vida nos últimos quarenta anos. Esse fenômeno, ocorrido em um país rico como os Estados Unidos, reflete o abandono, por um longo período, das pessoas que, por um motivo ou outro, ficaram para trás na sociedade.

## O triunfo do atraso

O presidente Michel Temer viveu seu pior momento no governo assim que veio a público a bombástica delação do empresário Joesley Batista. Naqueles dias intensos, Temer chegou mesmo a estar perto de deixar o poder, como retratou VEJA em sua capa datada de 31 de maio. Agora, dois meses depois, conseguiu reverter as expectativas de que seu governo estava chegando ao fim e emplacou uma vitória robusta: com o apoio de 263 deputados, salvou-se de uma investigação no Supremo Tribunal Federal, durante a qual ficaria afastado do Palácio do Planalto — para onde, provavelmente, jamais retomaria. E robusta sua vitória porque Temer fez o pêndulo político oscilar de um extremo ao outro, começando no risco de cair e terminando no triunfo de manter-se no poder, e também porque consolida sua posição única como um exímio intérprete dos anseios dos parlamentares — dos legítimos e dos ilegítimos.

E é justamente aí, na capacidade de interpretar os anseios ilegítimos dos parlamentares, que a consagração de Temer na quarta-feira passada ganha os contornos de uma vitória do atraso. Na votação a favor do presidente, deu-se uma aliança informal entre três atores. Primeiro, uma população apática que não vai às ruas nem bate panelas, aparentemente descrente de sua força para resgatar a política nacional da bandalheira atual. Segundo, um mercado, essa entidade tão imprecisa quanto poderosa, que deseja, com toda a razão, estabilidade política e crescimento econômico — mas

que, iludido pelos próprios desejos, achou que não fazer nada era o melhor a fazer.

O terceiro ator é, evidentemente, a vasta parcela da Câmara dos Deputados que votou com Temer porque, desgraçadamente, só pensa em salvar-se da Lava-Jato, fartar-se nos leilões fisiológicos de cargos e verbas públicas e, para completar, ainda titubeia na aprovação das reformas das quais o país tanto precisa. Calcula-se que, entre os 263 deputados a favor de Temer, mais de uma centena responde a inquéritos ou já virou réu em processos no Supremo Tribunal Federal. É uma turma da pesada.

A tríplice aliança — entre o eleitor apático, o mercado à sorrelfa e a banda podre do Parlamento — representa um passo atrás naquilo que pareciam conquistas recentes: a intolerância ao assalto à máquina estatal e a exigência crescente de ética na política. O presidente Michel Temer pode ser inteiramente inocente do que o acusam os procuradores, mas a decisão dos deputados de impedir que seja investigado, apesar de suspeitas alarmantes, não honra um país que mal começou a tentar higienizar a política.

Nesta edição, a psicóloga Rosely Sayão incorpora-se ao time de colunistas mensais de VEJA. Seu texto de estreia versa sobre a importância de tratar as questões de família com mais diplomacia.

## Refém da própria conquista



**FATURA** Michel Temer e um enigma: quanto custará agora manter a estabilidade política e aprovar as reformas?

*Mercadejando cargos, verbas e promessas de recompensa, o governo tranca o andamento do processo de corrupção contra Temer e amarra seu futuro à banda podre do Congresso*

Daniel Pereira, Robson Bonin e Marcela Mattos

A primeira impressão é que tildo o que o Brasil testemunhou nos últimos tempos não serviu de lição. O plenário da Câmara dos Deputados arquivou a denúncia apresentada pela Procuradoria-

Geral da República contra Michel Temer, o primeiro presidente acusado de corrupção passiva no exercício do mandato. Foi uma cabal demonstração de força de Temer, mas a vitória representou a consagração do fisiologismo, do balcão de negócios e da má política como instrumentos para garantir a chamada "governabilidade". Temei continua presidente porque liberou emendas parlamentares, distribuiu cargos e acolheu lobbies de bancadas poderosas, como a ruralista. Ficou claro que ele só terminará o mandato, em dezembro

de 2018, se continuar a mover mundos e, principalmente, fundos para comprar apoio político. Temer passou a habitar um cativo político, no qual é refém do Congresso, especialmente de sua banda podre.

Na tarde da quarta-feira passada, enquanto os deputados debatiam o teor da denúncia, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, incluiu Temer no inquérito que apura o pagamento de propina a caciques do PMDB por contratos firmados na Petrobras e na Caixa Econômica Federal. Com a iniciativa, Janot pavimentou o caminho para apresentar uma nova denúncia contra o presidente, em que ele será acusado de chefiar a organização criminosa do PMDB da Câmara, da qual também são suspeitos de participar os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência). A denúncia do "quadrilhão" do PMDB da Câmara trará material colhido nas delações da Odebrecht e da JBS. É provável que contenha também informações dos acordos de colaboração do ex-deputado Eduardo Cunha e do doleiro Lúcio Bolonha Funaro, ambos em fase final de negociação. A Procuradoria promete mais uma denúncia devastadora. As forças que salvaram o presidente torcem por isso. Afinal, quanto mais grave a denúncia contra Temer, maior o preço a ser cobrado para blindá-lo.





A fatura da primeira denúncia ainda não está fechada, mas a parte conhecida revela muito sobre o que ainda está por vir: trancar o processo contra Temer custou pelo menos 15 bilhões de reais. Nos meses de junho e julho, o governo assumiu o compromisso de desembolsar 4 bilhões de reais em emendas parlamentares, contra apenas 100 milhões de reais ao longo dos cinco primeiros meses do ano. O dinheiro, usado para custear obras nos redutos eleitorais dos parlamentares, seria liberado de qualquer maneira até o fim do ano, mas não é nenhuma coincidência inocente que a torneira tenha sido aberta com tamanho vigor logo depois da homologação da delação premiada dos donos e executivos da JBS, que acusaram o presidente de ser beneficiário de propinas pagas pela empresa. A estratégia se mostrou eficaz, incluindo suas cenas de pastelão, como a do deputado Wladimir Costa, do Solidariedade do Pará, que tatuou no ombro o nome "Temer" e se declara um adversário da corrupção. E uma manifestação de patriotismo e ética, digamos, epidérmica. Costa é acusado de embolsar parte do salário dos funcionários do próprio gabinete parlamentar.

O ministro da articulação política, o tucano Antonio Imbassahy, perambulou pelo plenário da Câmara, durante a votação da denúncia contra Temer, com a lista de emendas empenhadas. A cada deputado, lembrava o benefício concedido e a contrapartida esperada. Imbassahy e outros nove ministros foram exonerados para reassumir o mandato de deputado e votar a favor do presidente. Com a



### **SIM** Na votação, Imbassahy, com lista na mão: contabilidade fisiológica

missão cumprida, voltaram à Esplanada dos Ministérios. Houve outra sangria, ainda maior, dos combalidos cofres públicos. Na terça-feira, véspera da votação da denúncia, Temer almoçou com a Frente Parlamentar da Agropecuária, formada por 209 deputados, e anunciou a edição de uma medida provisória que permite o parcelamento, em condições camaradas, de 10 bilhões de reais de dívidas de produtores com o Fun rural. Um dos participantes do convívio foi o deputado Jaime Martins (PSD-MG). Até então, Martins se declarava a favor da investigação. Depois do afago presidencial, mudou de lado: "Sou pelo combate implacável à corrupção, mas acho que colocar um governo interino dentro de um governo provisório não é bom para o Brasil neste momento. Por isso, voto sim". É espantoso que lógica tão complexa só lhe tenha ocorrido

depois do almoço.

Acossado pela possibilidade de ser afastado do cargo, Temer atuou nas últimas semanas mais como presidente da Câmara, cargo que ocupou três vezes, do que como presidente da República. Segundo sua agenda oficial, recebeu mais de 100 deputados desde a divulgação da delação da JBS. Dedicou-se a uma intensa rotina de cafés, almoços e jantares para conquistar apoios, seja com gestos de deferência, seja com benesses da caneta presidencial. Seu empenho rendeu frutos. O deputado Alexandre Baldy, de Goiás, faz parte de um partido que tem relação de independência com o governo, o Podemos. A legenda orientou seus deputados a não pedir votos para o presidente. Baldy, no entanto, não só pediu como votou a favor. Perdeu o posto de líder do Podemos na Câmara, mas conseguiu o principal: manter um afilhado





**SEM COBRANÇA** As ruas silenciaram sobre as denúncias de corrupção contra o presidente Temer

político no comando da Funasa, órgão do Ministério da Saúde com orçamento de 3,6 bilhões de reais. Dos catorze deputados do Podemos que votaram na sessão, nove, incluindo Baldy, defenderam o arquivamento pró-Temer. O presidente também obteve sucesso na conversão dos chamados "indecisos". Danilo Forte (PSB-CE) era um deles. Depois de uma conversa reservada com Temer, decidiu-se. O Diário Oficial da União trouxe a razão da mudança: a nomeação de um afilhado do deputado para a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Ceará. Além disso, conseguiu a promessa de liberação de 800 milhões de reais para obras de revitalização da orla de Fortaleza.

Primeiro item da pauta da Câmara depois do recesso parlamentar, a denúncia contra o presidente foi arquivada por decisão da maioria absoluta do plenário. Foram 263 votos pelo encerramento do caso contra 227 a favor da autorização para que o STF investigasse Temer, suspeito de ser o beneficiário final dos 500 000 reais encontrados na mala do seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures. Houve ainda duas abstenções e dezenove ausências. Para que o caso fosse encaminhado ao Supremo, eram necessários os votos de 342 deputados a favor do prosseguimento da denúncia, 115 a mais do que o registrado. O combate à corrupção praticamente sumiu dos discursos dos deputados, que, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, se mostraram a encarnação de Savonarola em versão tropical. A mudança tem

explicação. Apesar de olímpicamente impopular, Temer não enfrentou manifestações populares nem pannels que pedissem sua saída. O mercado, de olho numa recuperação econômica breve, fez vista grossa às suspeitas de corrupção e não acionou suas forças telúricas para influenciar o resultado. Temer também se beneficiou do espírito de corpo da classe política, que ele fez questão de cultivar. Ao ser denunciado, o presidente passou a atacar o procurador Janot, autor dos pedidos de inquérito contra dezenas de deputados e senadores, acusando-o de produzir "peça de ficção". Ao falar a língua dos acusados, o presidente assumiu a linha de frente do coro suprapartidário, que vai do petista Lula ao tucano Aécio Neves, segundo o qual a Lava-Jato tem o objetivo de "criminalizar a política". Nas conversas com deputados, Temer fazia questão de repetir o seguinte mantra: se afastam um presidente da República, imagina o que farão com um mero parlamentar. Capturou a imaginação dos que só pensam em fugir da polícia e evitar o xilindró.

Quando estava muito perto da beira do abismo, Temer chegou a dizer ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que ele próprio, se virasse presidente, seria derrubado pelo Ministério Público. Temer desconfiava que Maia estivesse sendo o Temer de Dilma, ou seja: que atuasse nos bastidores para derrubar o titular do cargo. Maia não chegou a tanto, mas saiu magoado da conversa com o presidente. Citado como destinatário de propina da





Odebrecht, Maia considera inaceitável ter sido colocado na mesma lama dos peemedebistas. Vencida a primeira batalha na Câmara, Temer anunciou a intenção de reorganizar sua base para tocar a reforma da Previdência — e, nisso, precisará da ajuda de Maia. São necessários 308 votos para que a proposta seja aprovada. O presidente alega que conseguirá atingir esse número se recuperar o apoio de aliados que lhe viraram as costas na análise da denúncia. Foram

89 as defecções a sua aliança, com destaque para 21 tucanos. Se recapturar esses desgarrados, o Planalto alega que terá cerca de 350 votos para destravar a agenda econômica.

A matemática parece fácil, mas a costura política não é. Os partidos que apoiaram o presidente querem mais espaço no governo em troca da lealdade demonstrada. Pressionam por uma reforma ministerial para expurgar os inficéis. Os sinais mostram

que essa será a dinâmica de agora em diante. Diz o deputado Miro Teixeira, decano da Câmara: "Os cofres públicos serão mais solicitados, e o custo do apoio vai dobrar. Essa é a linguagem que Temer escolheu para governar. Ele preferiu fazer um governo de cooptação a um governo de coalizão por ideias". Ou, dito de outro modo: quem se rende à chantagem vira escravo do chantagista.



**SUCCESSOR** Maia, presidente da Câmara: lealdade ao governo, apesar das pressões de arrepiar os cabelos

## Vitória de voo curto

*Assim como em 2014 para Dilma, o êxito de Temer agora é fugaz.*

Conforme o esperado, a Câmara dos Deputados negou licença ao Supremo Tribunal Federal para buscar provas de que Michel Temer cometeu crime de corrupção passiva. Talvez não se encontrasse nada, mas o governo resolveu não arriscar mesmo diante de uma "denúncia inepta".

O presidente fez o diabo, a exemplo da titular da chapa que resultou na reeleição dos dois em 2014, uma vitória de voo curto, seguida de derrocada cujo desfecho se deu um ano e meio depois. Dilma Rousseff levou o país ao inferno. Já Michel Temer se sentou no meio da fogueira que vinha lhe chamuscando o mandato desde que seus auxiliares mais próximos foram sendo atingidos por investigações, acusações, processos, prisões, até o cúmulo de o chefe da nação em pessoa ser flagrado numa conversa para lá de suspeita com um interlocutor qualificado por ele mesmo como "bandido".

Assim como a eleição ganha na base de ilícitos e mistificações, o resultado da votação de quarta-feira

última na Câmara representa um êxito fugaz. De pouco brilho, considerando-se a diferença entre os deputados pró e contra a continuidade das investigações — 36 votos, poucos diante do caráter perdulário do governo no empenho de esforços: substituição de deputados na Comissão de Constituição e Justiça, bem como no plenário, liberação de mais de 2 bilhões de reais em emendas ao Orçamento, aceno de reforma ministerial, promessas de cargos no segundo e terceiro escalões nos estados (fundamentais numa eleição sem financiamento empresarial), atendimento de interesse específico da bancada ruralista (230 parlamentares) e marcação cerrada deputado a deputado durante dois meses.

Isso sem contar a inestimável ajuda de uma oposição destrambelhada e a absoluta indiferença das ruas, não obstante a contundente opinião, contrária ao governo, do público expressa nas pesquisas. Por mais que os números tenham garantido a permanência de Temer, não é possível tomá-los como demonstração de força. No máximo, uma exibição do exercício da velhíssima política que agrada ao Parlamento mas desagrada

sobremaneira ao eleitor com o qual suas excelências não estão preocupadas agora.

Erraram de A a Z. Michel Temer por ficar pendurado no apoio de um Congresso desmoralizado, dependente de promessas que não pode cumprir e refém da escassez de armas para enfrentar denúncias e delações que estão por vir. Os partidos por não compreender que a eleição de 2018, diferentemente das últimas em que o PT dominou, terá a participação ativa de artistas caros à intelectualidade de um lado e, de outro, dos apresentadores de programas populares de rádio e televisão, cujo repúdio à decisão da Câmara estava em todas as telas um dia depois de personagens como Tiririca e Sérgio Reis terem contrariado a orientação dos respectivos partidos, votando a favor da investigação.

A nota de sarcasmo foi dada pelas repetidas referências à autoria do parecer-base do veto à denúncia: um deputado do PSDB, partido em frangalhos que funciona como o fiel da balança em que Temer se equilibra entre o peso da rejeição da sociedade e a fragilidade de uma maioria parlamentar instável, exigente e insaciável.

## Os corruptos agradecem

*A disputa entre o Ministério Público e a Polícia Federal pelo protagonismo na Lava-Jato atrapalha o andamento das investigações*

Laryssa Borges

Em maio do ano passado, uma bomba explodiu em Brasília. O ex-senador Sérgio Machado, ex-diretor da Transpetro, fechou um acordo de colaboração com o Ministério Público Federal e entregou gravações de antigos parceiros em que eles conversavam sobre estratégias para frear a Operação Lava-Jato. Com os áudios, o procurador-geral Rodrigo Janot acusou os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá e o ex-presidente José Sarney de tentar obstruir a Justiça e ainda pediu a prisão dos três. Jucá, então ministro do Planejamento, foi demitido do cargo, numa época em que acusações dessa natureza ainda causavam constrangimento ao governo de Michel Temer. Ele aparecia nas conversas com o delator dizendo que era preciso "estancar a sangria" da Lava-Jato. Um ano depois, a Polícia Federal concluiu que os diálogos, por si só,



**"OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA"** O procurador-geral Janot, no ano passado, queria a prisão de Renan, Jucá e Sarney

não provavam nada contra os políticos. "As conversas estabelecidas entre Sérgio Machado e seus interlocutores limitaram-se à esfera pré-executória, ou seja, não passaram de meras cogitações", concluiu a PF. Acendeu-se o pavio de uma segunda bomba, bem mais destruidora.

Crítico fervoroso de alguns métodos de investigação da Lava-Jato, o ministro Gilmar Mendes atacou duramente na semana passada Rodrigo Janot, de quem é

desafeto declarado. "O Supremo Tribunal Federal ficou a reboque das loucuras do procurador. Devemos cada vez mais tomar cuidado (com) todas essas coisas extravagantes. Obstrução de Justiça virou fórmula mágica", disse o ministro. Resumindo, um dos mais influentes magistrados do STF, responsável pelo julgamento dos políticos, diz que o trabalho da Procuradoria-Geral da República, encarregada de formular a acusação contra os políticos, foi feito de maneira imprudente, de acordo com as conclusões da

Polícia Federal, incumbida de investigar esses mesmos políticos. Resultado previsível dessa confusão: por ora, Renan, Jucá e Sarney podem dormir tranquilos. Mas não só eles.

Por trás da divergência entre o MP e a PF, há uma disputa entre as duas instituições pelo protagonismo na Lava-Jato. As delações premiadas se tornaram o principal mecanismo de obtenção de provas da mais bem-sucedida investigação contra corruptos da história. Mas a lei não





**MERAS COGITAÇÕES** Uma delegada da PF, dirigida por Leandro Daiello (foto), disse não haver provas contra os políticos

deixa claro se apenas uma das instituições está autorizada a firmar os acordos de colaboração. O Ministério Público entende que essa é uma atribuição exclusiva de procuradores. A Polícia Federal acha que não. No ano passado, o publicitário Duda Mendonça, encarregado das campanhas de Lula e do PT, tentou fechar uma delação com o MP, não conseguiu e procurou a PF, que aceitou. O mesmo caminho foi trilhado agora pelo também publicitário Marcos Valério, o operador do mensalão.

Valério afirma, por exemplo, ter provas definitivas sobre o envolvimento de petistas no assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel, ocorrido em 2002. Os procuradores não se interessaram, mas a PF sim. Valério está contando o que sabe em segredo. O trabalho, porém, pode acabar na lata do lixo. A Procuradoria-Geral ingressou com uma ação no STF questionando a legalidade de acordos feitos na polícia. Ministros do tribunal ouvidos por VEJA afirmam que a tendência

é que a corte não imponha restrições a que um criminoso-delator procure a polícia para contar o que sabe. Os acordos fechados exclusivamente com policiais, no entanto, funcionariam apenas como "delação de segunda linha", sujeita ao aval obrigatório do Ministério Público. Ou seja, para alívio de muitos, o resultado prático de Valério e Duda Mendonça seria zero.

O próprio STF já começa a olhar as delações premiadas com alguma reserva. Além de Gilmar Mendes, pelo menos outros quatro ministros — Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux — afirmaram reservadamente ter visto excessos nos acordos e nos métodos empregados pelo Ministério Público para negociar as colaborações. Um desses ministros, que pediu para não ser identificado, disse a VEJA que fica evidente que "em algumas delações são feitas perguntas direcionadas com o claro objetivo de induzir o colaborador a dar determinada resposta". Esse mesmo ministro avalia que já há espaço para rever a validade de certos acordos, como o do ex-diretor da Transpetro, que confessou ter desviado mais de 100 milhões de reais da estatal e está livre da cadeia. Em Curitiba, onde não existem divergências tão gritantes entre Polícia Federal, Ministério Público e Justiça, a força-tarefa da Lava-Jato atingiu 157 condenações e prendeu 207 criminosos. Situação muito diferente da de Brasília. Ali, não há um só político condenado, muito menos preso — mas sobra intriga.

## Artigo de imitação

J.R. Guzzo

*Em matéria de democracia, como em tantas outras coisas que separam as nações desenvolvidas das subdesenvolvidas, o Brasil ficou só na foto*

### A democracia no Brasil

lembra uma dessas fotos antigas de reis africanos que de vez em quando ilustram livros de história. Muitos deles, ouvindo oficiais do Império Britânico ou outros figurões europeus da época colonial que lhes davam lições de civilização, progresso e bons modos, parecem encantados. Acreditavam, como lhes era dito, que a Europa e as coisas europeias representavam o máximo a ser sonhado por um ser humano — e em geral chegavam à conclusão de que teriam muito a ganhar transformando a si próprios em soberanos civilizados o mais depressa possível. O meio prático de fazer isso, em sua maneira de ver as coisas, era imitar os trajes, jeitos e enfeites dos peixes graúdos que lhes falavam das maravilhas da rainha Vitória ou do imperador Napoleão III. Que atalho melhor para atingir esse estágio superior na evolução das sociedades humanas? O resultado aparece nas fotografias. As mais clássicas mostram uns negros magros, ou gordíssimos, com uma cartola de segunda mão na cabeça, ou um desses capacetes de caçador inglês, calças rasgadas aqui e ali, pés descalços — ou calçados com uma bota só, velha e sem graxa.

Uns aparecem com casacas usadas, uma fileira de medalhas no peito e três ou quatro relógios saindo dos bolsos. Outros fazem questão de exibir-se para a câmera segurando um guarda-chuva aberto. É triste. Imaginavam-se nobres, modernos e iguais aos seus pares europeus. Eram apenas uns pobres coitados.

O problema é que nada tinha mudado na vida real. Junto com as novas roupas e os acessórios, as fotos mostram que os retratados conservavam, como sempre, seus colares com ossos, pulseiras de metal e argolas na orelha ou no nariz — e a história iria provar com fatos, em seguida, quanto foi inútil todo esse esforço de imitação. Das nações mais evoluídas, suas majestades copiavam os trajes. Não aprenderam as virtudes. Continuaram desgraçando a si e a seu país enquanto eram roubados até o último papagaio pelos que vieram ensiná-los a ter valores cristãos, avançados e democráticos.

Por outras vias, acontece no Brasil mais ou menos a mesma coisa. Na fotografia aparece uma democracia de Primeiro Mundo — mas a realidade do dia a dia mostra pouco mais que uma cópia barata e malsucedida do artigo legítimo. Temos uma Constituição, eleições a cada dois anos e uma Câmara de Deputados. Temos, imaginem só, um Senado e até um presidente do Supremo

Tribunal Federal e até uma presidenta do Supremo Tribunal Federal; seus juizes se chamam ministros, usam togas pretas como os reis africanos usavam cartolas, e escrevem (às vezes até uma frase inteira) em latim. Temos partidos políticos. Temos procuradores gerais, parciais, federais, estaduais, municipais, especializados em acidentes do trabalho, patrimônio histórico, meio ambiente, infância, urbanismo e praticamente todas as demais áreas da atividade humana. Temos uma Justiça Eleitoral. Temos centenas de direitos legais, inclusive ao lazer, à moradia e ao amparo, se formos desamparados. Não falta nada — a não ser a democracia.

Em matéria de democracia, como em tantas outras coisas que separam as nações desenvolvidas das subdesenvolvidas, o Brasil ficou só na foto. Há uma Constituição, é claro, pois todo regime democrático precisa de uma — mas da tem 250 artigos, que se metem a regular tudo, até a licença-paternidade, sem entregar realmente nada, e já foi modificada mais de 100 vezes em menos de trinta anos. As eleições são subordinadas a todo tipo de patifaria, a começar pelo voto obrigatório, seguido do horário eleitoral compulsório no rádio e na televisão e de deformações propositais que entopem a Câmara dos Deputados com políticos das regiões que têm menor número de eleitores. Os resultados são um monumento à





demagogia, à corrupção e à estupidez. Dos quatro presidentes eleitos após a volta das eleições diretas, em 1989, dois foram depostos por impeachment e um está condenado a nove anos e meio de cadeia. Dos 513 deputados e 81 senadores, cerca de 40% respondem a algum tipo de procedimento penal, a maioria por corrupção — fora das penitenciárias, é a maior concentração de criminosos em potencial por metro quadrado que existe no território nacional. Na última campanha presidencial, a candidata Dilma Rousseff gastou 300 milhões de reais, boa parte fornecidos pelos maiores criminosos confessos do Brasil. O eleitorado, em grande parcela, é ignorante, desinformado e desinteressado pelos seus direitos. Temos uma aberração, a Justiça Eleitoral, que existe para dar ao país eleições exemplares — mas permite a produção dos políticos mais ladrões do mundo.

O Supremo Tribunal Federal, que na teoria tem a função de servir como o nível máximo da Justiça brasileira, é uma contrafação da corte suprema dos países desenvolvidos. Seu último feito, possivelmente sem similar em nenhuma outra nação, foi aprovar o perdão perpétuo para o autor

confesso de mais de 200 crimes, dono de um patrimônio de bilhões de dólares, atendendo a um pedido até hoje inexplicável do procurador-geral da República — que, também na teoria, é encarregado justamente de pedir a punição dos criminosos. Seus juízes decidem tudo, do destino dos presidentes ao furto de codornas, e escrevem sentenças em português incompreensível. Temos 35 partidos políticos, que se reproduzem como ratos; alguns não têm um único deputado ou senador no Congresso. Essa monstruosidade não tem nada a ver com liberdade política. Quase todos os partidos brasileiros são criados apenas para meter a mão nas verbas de um "fundo partidário", que já anda perto de 1 bilhão de reais por ano, tirados dos impostos pagos pelos contribuintes e distribuídos aos políticos. Recebem uma cota de tempo no horário eleitoral obrigatório, que põem à venda nos anos em que há eleição; também cobram para aceitar a inscrição de candidatos. Até outro dia, com o apoio em massa dos partidos de "esquerda", o Brasil era talvez o único país onde se defendia um imposto, o imposto sindical, como se fosse um direito do cidadão — da mesma maneira como se transforma o voto, que é um direito, em obrigação legal.

Os direitos dos cidadãos, na verdade, talvez representem a área mais notável das semelhanças entre a democracia brasileira e os reis africanos que aparecem nas fotos-símbolo do colonialismo. Nunca houve tantos direitos escritos nas leis; nunca o poder público foi tão incompetente para mantê-los. Não consegue, para desgraça geral, garantir nem o mais importante de todos eles — o direito à vida. Com 60 000 assassinatos por ano, o Brasil é hoje um dos países onde a vida humana tem o menor valor. Há uma recusa sistemática em combater o crime por parte de nove entre dez políticos com algum peso; o maior pavor deles é ser considerados, por causa disso, como gente da "direita". Acham melhor, como as classes intelectuais, os comunicadores e os bispos, falar mal da polícia. Pode passar pela cabeça de alguém que exista democracia num país que tem 60 000 homicídios por ano?

A democracia, até agora, é uma experiência que não deu certo por aqui.

\*J.R. Guzzo é colunista de VEJA

## O ditador mora ao lado



**FRAUDE** Maduro celebra a eleição para a Assembleia Constituinte: a última pedra no túmulo da democracia venezuelana

*Com uma farsa eleitoral - uma Assembleia Constituinte instalada sem representantes da oposição - o governo de Nicolás Maduro sepulta a última instituição democrática da Venezuela. Já não se descarta o risco de uma guerra civil*

Johanna Nublát, de Caracas, a Leonardo Coutinho, de Washington

A Venezuela tornou-se, por fim, uma ditadura. E o primeiro regime

abertamente autoritário da América do Sul neste século. Na sexta-feira 4, tomou posse a Assembleia Nacional Constituinte, eleita (o termo correto seria nomeada Já que não houve participação de opositores) no domingo anterior. Com isso, o presidente Nicolás Maduro pretendia dissolver a Assembleia Nacional, o último poder da república que ainda não havia dobrado os joelhos para o chavismo. Como a Constituinte terá mais poder que Maduro — poderá inclusive destituí-lo —, ele tratou de

pôr a própria mulher, Cília Flores, e o filho, Nicolás Ernesto Maduro Guerra, entre seus integrantes.

As principais nações do mundo condenaram o regime venezuelano, com exceção da Rússia e da China. O Vaticano pediu o cancelamento do plano de reescrever a Carta Magna, processo no qual o próprio papa Francisco se empenhava. No início da semana, o governo americano publicou o seguinte aviso no site do seu Departamento do Tesouro, ao anunciar retaliações financeiras: "As eleições ilegítimas de ontem confirmaram que Maduro é um ditador que desrespeita o desejo do povo". Não era preciso esperar pelo veredicto americano para chegar à mesma e óbvia constatação que já está na boca até dos mais humildes cidadãos venezuelanos há meses: "A Venezuela é uma ditadura faz tempo, a eleição da Constituinte só confirmou o que já se sabia", diz o balconista Israel Manrique, de 41 anos, que trabalha em uma loja de embutidos e laticínios no bairro de Beilo Monte, em Caracas.

Maduro dava sinais de que pretendia endurecer o regime desde que se negou, no fim do ano passado, a realizar um referendo, previsto na Constituição, para decidir sobre sua permanência no poder. O referendo havia sido convocado, dentro dos termos da lei, pela Assembleia Nacional, cuja maioria de opositores foi eleita democraticamente em





dezembro de 2015, mas que nunca conseguiu legislar apropriadamente. No fim de março, Maduro deu um golpe no Parlamento. Com a ajuda da Suprema Corte, dominada por juízes chavistas, ele suspendeu uma série de poderes e direitos dos deputados. Anulou a imunidade dos parlamentares e transferiu para o Executivo as atribuições legislativas. Esse gesto autocrático foi o gatilho que disparou os protestos de rua no país, que perduraram até o dia da votação da Constituinte, cuja convocação, por Maduro, não cumpriu os ritos previstos em lei — entre os quais a coleta de assinaturas populares e a adoção de regras equânimes para a escolha dos deputados.

Segundo o general venezuelano Hebert García Plaza, que vive no exílio nos Estados Unidos, a estratégia de Maduro é incendiar o país. "A decisão de anular poderes do Legislativo fez parte de uma narrativa. O regime precisava do caos para convocar novas eleições", diz García Plaza. O aumento da repressão policial faz parte dessa estratégia. Mais de 5 000 pessoas foram presas nos últimos quatro meses nos protestos contra o governo, segundo a ÜNG de direitos humanos Provea. Os mortos já passam de 130. Mesmo na conturbada história venezuelana, não há nada parecido. Em 2014, quando também houve manifestações contra Maduro, o saldo foi de 43 mortos e 3351 detidos.

Na quarta-feira passada, foram levados pela polícia política, de maneira arbitrária, os opositores Leopoldo López e Antonio Ledezma.

López, que já havia ficado três anos preso e há apenas um mês fora enviado para casa, voltou aos calabouços horas depois de anunciar em vídeo na internet, ao lado da mulher, Lilian Tintori, a gravidez do seu terceiro filho. Ledezma foi arrancado de sua casa ainda de pijama, de madrugada. Ambos, privados do contato com seus advogados, foram levados para a prisão militar de Ramo Verde, nos arredores de Caracas. Nesse cárcere estão detidos, atualmente, 105 civis e 328 militares. Desse total, 205 foram presos somente neste ano — dos quais 75 respondem pelo crime de traição à pátria. Na sexta-feira, Ledezma, e apenas ele, foi devolvido à prisão domiciliar.

Além de prender líderes da oposição, Maduro direcionou o foco da repressão para juízes independentes. Em uma situação que lembra a do Chile de 1973, quando o general Augusto Pinochet deu um golpe de Estado e centenas de pessoas invadiram os quintais das embaixadas de Santiago para pedir asilo, na semana passada seis venezuelanos entraram na casa do embaixador do Chile e na representação diplomática do Panamá, em Caracas, em busca de refúgio. Entre eles, havia o dirigente de um partido de oposição e ao menos quatro juízes recentemente nomeados pela Assembleia Nacional (a que foi eleita democraticamente) para integrar o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Como Maduro tinha apontado magistrados para essa corte de maneira ilegal, os deputados escolheram outros 33 nomes para substituí-los. Muitos dos que se preparavam para assumir no TSJ

agora estão na clandestinidade. O medo entre eles se espalhou após a detenção do magistrado Ángel Zerpa Aponte, em 22 de julho, pela polícia política. Zerpa foi mandado para um tribunal militar, acusado de traição à pátria. Os magistrados nomeados pela Assembleia tiveram as contas bancárias bloqueadas e a família ameaçada.

VEJA entrevistou um desses juízes, Pedro Troconis, na última semana. "Jamais pensei passar por uma situação dessas. Era 1 da manhã do dia 25 passado, uma terça-feira, quando dezoito funcionários com máscara e fortemente armados bateram à porta da casa da minha sogra perguntando por mim. Eles também puseram um segurança em frente ao meu escritório", diz Troconis, que desde então vive escondido.

Maduro já avisou que seu próximo passo será esmagar as vozes rebeldes na Procuradoria da República, cuja chefe, Luisa Ortega, antes alinhada com o chavismo, abriu um processo por fraude na votação da Constituinte. "Vamos reestruturar a Procuradoria de imediato, declará-la em emergência e tomar o controle dela", disse Maduro. As eleições na Venezuela, ao longo de quase todo o período chavista, foram pesadamente manipuladas para produzir resultados favoráveis ao governo, ainda que em mais de uma ocasião isso não tenha sido suficiente. Não funcionou no referendo da reforma constitucional de 2007, que foi rechaçada pelos venezuelanos, nem no pleito legislativo de 2015 e em diversas eleições para governadores e





prefeitos. Na votação de domingo, porém, a farsa chegou ao ápice. Na quarta-feira 2, o venezuelano Antonio Mugica, presidente da empresa Smartmatic, responsável pelo processo da votação eletrônica, anunciou em uma coletiva de imprensa em Londres que o dado sobre o com parecimento na eleição fora exagerado em pelo menos 1 milhão de votos. Segundo o governo, a presença nas urnas foi de 41,5% do eleitorado. Peios números da Smartmatic, foi de 36%. A oposição, que monitora a votação por meio de uma rede de informantes entre os mesários, diz que apenas 12% dos venezuelanos foram votar. "O governo declarou que houve mais gente votando do que nas eleições passadas, mas o número de zonas eleitorais diminuiu. A fraude é praticamente uma certeza", afirma a consultora eleitoral Florência Ferrer, de São Paulo.

A acusação feita pela Smartmatic é, no mínimo, curiosa. A empresa foi criada para atuar em eleições na Venezuela há treze anos. Uma de suas subsidiárias no exterior já teve como sócio direto o governo venezuelano, que era dono de 28% do capital e chegou a indicar um alto funcionário da Justiça Eleitoral para sua

diretoria. A sociedade foi descoberta depois de uma tentativa fracassada da empresa de entrar no mercado americano. Numa eleição em Chicago, em 2006, houve desaparecimento de urnas e incongruências entre os votos registrados digital mente e aqueles impressos. A Smartmatic também já atuou em duas eleições no Brasil. Em 2012, fez parte de um consórcio responsável pela manutenção e modernização de todas as urnas eletrônicas utilizadas no país. Em 2014, ganhou contratos com diversos Tribunais Regionais Eleitorais para a transmissão de dados. A filial registrada na Junta Comercial de São Paulo está em

nome de duas offshores holandesas. Apesar disso, a empresa apresentou-se nos contratos oficiais como sendo sediada em Barbados. Em sua página oficial, define-se como inglesa. Para um funcionário do Departamento do Tesouro americano ouvido por VEJA, a virada da Smartmatic se explica porque a empresa quer se eximir de qualquer culpa e livrar-se de possíveis sanções por parte do governo dos Estados Unidos.

A pressão americana é grande. Na semana passada, a administração do presidente Donald Trump incluiu Maduro em uma lista de 23 chavistas cujo acesso ao sistema financeiro



**PERSEGUIÇÃO** Leopoldo López com a mulher, Lilian Tintori, anunciando a terceira gravidez dela: preso em seguida





americano foi bloqueado. Isso significa que eles estão impedidos de manter contas em bancos americanos, de ter cartões de crédito e de fazer transferências em dólar no mercado oficial. Um dos mais afetados por essas sanções é o vice-presidente venezuelano Tareck El Aissami. Os americanos já localizaram 500 milhões de dólares em bens e fundos do chavista, que é acusado de participação no tráfico internacional de cocaína. Em Miami, foram confiscados três apartamentos com valores entre 2 e 5 milhões de dólares. Na lista de bens há dez carros de luxo e um jato Gulfstream de 5 milhões de dólares. Todo o inventário de El Aissami está em nome do laranja Samark López, que fez fortuna como fornecedor de cestas básicas para o Estado venezuelano.

Um obstáculo para conseguir que Maduro e seus subordinados parem com a repressão é o receio deles de ser julgados futuramente por crimes diversos, como narcotráfico, tortura, sequestro e assassinatos. A solução pode ser indigesta. "Maduro só abrirá mão da Presidência se tiver a garantia de não ser condenado. Com os militares é a mesma coisa. Uma possibilidade seria dar anistia para todo mundo, para os opositores e para os governistas", diz o embaixador Rubens Barbosa. Nem as sanções, nem a anistia aos líderes chavistas, porém, prometem resolver a situação no médio prazo. Os mais pessimistas, nas ruas de Caracas, já falam em guerra civil.

Grupos de jovens mascarados organizam trincheiras com sacos de terra e exibem, orgulhosos, as feridas provocadas pelas balas dos policiais. Eles se dizem membros da resistência e falam sobre a necessidade de invocar o patriotismo. "É preciso mudar totalmente a política na Venezuela. Todos são corruptos", diz um deles, que se identifica como Reop, de 27 anos, que abandonou a profissão de cozinheiro para se dedicar aos embates com a Guarda Bolivariana.

Para o Brasil, o impacto imediato da crise política e econômica no país vizinho será o aumento no número de refugiados venezuelanos. "Mais dinheiro federal e o Exército terão de ser mobilizados para abrigar essas pessoas", diz Pio Penna, professor de relações internacionais na Universidade de Brasília. Na semana passada, para evitar que os venezuelanos entrem clandestinamente em Roraima e se submetam a subempregos, o governo brasileiro deixou de cobrar pelo visto de permanência. Diz Oliver Stuenkel, do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo: "Mais do que as consequências de uma ditadura, vamos lidar com um Estado falido. A Venezuela poderá ser o principal tema de nossa política externa pelos próximos dez ou quinze anos". O perigo mora ao lado. ?

Com reportagem de Luiza Queiroz

## Contradições bélicas

*Maria Laura Canineu*

*O Brasil fabrica armas rechaçadas pela comunidade internacional*

Em 7 de julho, junto a 121 países, o Brasil adotou um novo tratado sobre a proibição de armas nucleares, que será aberto para assinatura na Assembleia-Geral da ONU em setembro. Em artigo no mesmo mês, o ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes comemorou o feito e ressaltou que a comunidade internacional tem "o dever ético e moral" de proteger civis ao redor do mundo dessas armas terríveis, "as únicas capazes de aniquilar a vida no planeta". Ele tem razão. Avançar o quadro jurídico a fim de proibir as armas de destruição em massa é uma vitória. A participação do Brasil nesse esforço é louvável. Mas, em relação ao uso de outras armas letais, o país não faz jus ao verdadeiro espírito desse compromisso.

Vejamos o caso do Iêmen. Mais de 5 000 civis foram mortos e 8 500 feridos desde 2015, de acordo com a ONU, em ataques aéreos e terrestres promovidos por uma coalizão de países liderada pela Arábia Saudita contra as forças hutis, que tinham tomado o controle de

parte do Iêmen, e aliados de seu presidente. Desde então, a coalizão matou civis de forma indiscriminada ou desproporcional, atingindo escolas, casas, hospitais e funerários, inclusive com o uso de armas de fragmentação, as chamadas "munições cluster". No fim de 2016, essas munições foram lançadas pela coalizão nas proximidades de duas escolas de Saada, no norte do Iêmen, matando dois civis e ferindo seis, entre eles uma criança. Khaled Rashed, uma testemunha, disse: "Ouvimos dois barulhos de explosão, um mais alto que o outro e, depois disso, mais explosões, menores, vindo do céu como brasas, caíram por toda parte, sobre reservatórios de água, sobre casas". No início deste ano, foguetes de munição cluster foram utilizados novamente e atingiram uma fazenda no norte do país, ferindo dois meninos.

Aí entra o Brasil. Fotos tiradas após os ataques mostram restos de um foguete fabricado pela empresa Avibras, em São José dos Campos, além de danos de fragmentação característicos de submunições a partir de um ataque com munição cluster.

Essas armas são amplamente

proibidas pela comunidade internacional. Por uma boa razão. Contêm múltiplas submunições explosivas menores que se espalham indiscriminadamente por uma vasta área. Muitas não são detonadas de imediato e deixam submunições carregadas, que se tornam verdadeiras minas terrestres, criando uma ameaça a civis por muito tempo após o conflito. Por causa desse perigo, 102 países ratificaram e outros dezessete assinaram a Convenção sobre Munições Cluster de 2008, que proíbe sua produção, transferência, armazenamento e uso. O Brasil não assumiu nenhum desses compromissos.

Como brasileiros, deveríamos estar inconformados com o fato de que munições fabricadas em nosso país são empregadas em ataques ilegais no Iêmen. Deveríamos insistir para que o governo se comprometa a acabar com a produção e a exportação dessas armas de efeitos indiscriminados. O Brasil já participa do tratado que proíbe minas terrestres. Por que não faz o mesmo com seu "tratado-irmão" para cessar o sofrimento humano causado por munições cluster? O "dever ético e moral" do Brasil de proteger os civis também se estende a essas armas.

## Uma rota cheia de buracos



**DEU ERRADO** O novo terminal de Viracopos, no interior de São Paulo: movimento abaixo do esperado e empresas quebradas

*O governo promete acelerar as privatizações para destravar os investimentos, mas a crise atinge várias concessões feitas nos últimos anos*

Marcelo Sakate e  
Bianca Alvarenga

Com a sobrevida assegurada no Planalto, pelo menos por enquanto, o presidente Michel Temer planeja destravar a agenda de reformas e privatizações. O objetivo é aprovar, até outubro, as novas regras da Previdência. Outra prioridade serão as concessões de projetos na infraestrutura. Além de não depender das votações no Congresso, o programa de obras tem efeitos mais imediatos sobre a atividade econômica, em termos de

investimentos e de geração de empregos. Mas haverá muitos obstáculos até que esses empreendimentos saiam do papel, como mostram as dificuldades que envolvem grupos privados que arremataram concessões públicas.

Há quase um ano, o governo anunciou um plano para transferir para a iniciativa privada dezenas de projetos, de rodovias e aeroportos a blocos de exploração de petróleo e usinas hidrelétricas. Muitos ainda não foram sequer licitados. As dificuldades não se limitam aos projetos novos. A atual administração precisa lidar com projetos problemáticos feitos no período de Dilma Rousseff. Cinco das seis rodovias privatizadas em 2013 estão com as obras atrasadas. Os

investimentos previstos nos contratos estão paralisados desde abril. Os consórcios alegam que perderam receita com a queda acentuada na demanda, um cenário pior que aquele que haviam projetado antes dos leilões. Reclamam também da redução do financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo Temer, por sua vez, com endosso do Tribunal de Contas da União, não quis atender ao pleito das empresas de estender de cinco para dez anos o prazo previsto para os investimentos em duplicação das estradas. Prefere que os trechos sejam devolvidos e novamente licitados. E um processo que pode deixar as obras paradas por anos.

Entre as concessões de rodovias realizadas em 2013, a única que manteve as obras em dia foi a da BR-050, entre Minas Gerais e Goiás, a cargo do consórcio MGO. O administrador teve uma queda de 16% no tráfego estimado em contrato, mas compensou a receita mais baixa com a redução de custos. Ainda assim, o presidente da MGO, Paulo Nunes Lopes, diz que, caso o governo decida flexibilizar o prazo para os investimentos, o consórcio vai aderir. "O movimento tem se mantido bem abaixo do esperado. Será que é necessário entregar a duplicação em prazo tão apertado, mesmo que isso pressione demais o caixa da empresa? É um debate





importante que deve ser feito", afirma o executivo.

As dificuldades não se restringem às rodovias. O consórcio que administra o Aeroporto de Viracopos, na região de Campinas, decidiu abrir mão do contrato, que iria até 2042. Vai devolver o aeroporto. A alegação foi a incapacidade financeira de continuar a cumprir com o cronograma de investimentos e de pagamento das parcelas do leilão. Viracopos foi arrematado em 2012 com ágio de 160% pelo consórcio formado pelas construtoras Triunfo e UTC, além da francesa Egis, especializada em administrar aeroportos.

Os estudos do governo que serviram de base para o leilão previam que o aeroporto se tornaria o maior do país em 2023. A demanda deveria ter atingido 17,9 milhões de passageiros em 2016. Na realidade, o movimento foi de 9,3 milhões de passageiros. O consórcio investiu inicialmente 3 bilhões de reais na ampliação e na melhoria do aeroporto, o que incluiu a construção de um terminal com capacidade para atender 25 milhões de passageiros ao ano. Com a decisão de antecipação do fim do contrato, ficam suspensos os investimentos. Também pesou para a decisão do consórcio o sufoco financeiro enfrentado pela UTC, uma das primeiras construtoras que foram alvo da Operação Lava-Jato, no fim de 2014, e a Triunfo. Agora uma nova licitação deverá ser feita, sem data prevista.

Ampliar os investimentos em infraestrutura é essencial para que o Brasil recupere a capacidade de crescimento. Os últimos anos de recessão e forte crise fiscal derrubaram a taxa a níveis não vistos em décadas. Mas nem sempre foi assim. Na década de 70, o país investia em infraestrutura índices semelhantes aos vistos hoje em países asiáticos de ponta: o equivalente a 5,4% do PIB era direcionado para investimentos em energia, telecomunicações e transporte, segundo levantamento da consultoria Inter.B. Isso é comparável ao que a Índia gasta atualmente no setor. Década após década, essa fatia diminuiu no Brasil — e o crescimento minguou. No ano

passado, o correspondente a apenas 1,9% do PIB foi aplicado em infraestrutura. Países latinos, como Bolívia, Costa Rica, Panamá e Peru, investem o dobro em termos percentuais. Em números absolutos, o Brasil investiu 122 bilhões de reais em infraestrutura no ano passado, somando-se recursos públicos e privados. Parece bastante, mas isso representa um quarto do que é gasto com a Previdência. De cada 10 reais arrecadados pelo Tesouro, 9 têm destino certo, concentrados em aposentadorias e salários. Sobra pouco para infraestrutura, e essa verba é quase sempre a primeira a ser cortada em tempos de ajustes, como agora. As privatizações, portanto, seriam uma saída para

## SALDO RAQUÍTICO

Recursos aplicados em infraestrutura (em percentual do PIB)



Fonte: Inter.B Consultoria





ampliar os investimentos, mas os projetos acabam esbarrando em uma série de obstáculos legais e regulatórios — sem falar na corrupção pura e simples. Com raras exceções, as grandes obras de infraestrutura estão nas mãos das empresas envolvidas em operações da Polícia Federal. Essas dificuldades puseram os projetos no campo das incertezas.

Especialistas dizem que é preciso aprender com o passado. A primeira lição é preparar estudos mais realistas que equilibrem a relação entre investimento e demanda. Para Luis Souza, do escritório Souza Cescon, concessões não devem ter motivação imediata, como foi a Copa do Mundo, por se tratar de projetos de longo prazo. Eles também recomendam abrir o mercado para empreiteiras menores e investidores estrangeiros. Por fim, diminuir a participação do BNDES e de seus juros subsidiados. "Falta melhorar as

condições regulatórias. Prazos absurdos para a concessão de licenciamento ambiental), por exemplo, tornam impossível a elaboração de um calendário de execução de obras", avalia Claudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B. Os erros das últimas concessões não só causaram eventos como a devolução de Viracopos, mas confirmaram a máxima de que o Brasil continua a aplicar mal os poucos recursos de que dispõe. Em artigo recente, Martin Raiser, diretor do Banco Mundial, defendeu o argumento de que, em momento de aperto financeiro, a melhor estratégia é investir com eficiência: "O fator mais relevante no Brasil, atualmente, não é a falta de dinheiro, mas a necessidade de saber priorizar os projetos". Há, de fato, um longo caminho para que a retomada dos investimentos em infraestrutura se torne realidade. Mas tirar lições dos erros passados ajudará a abreviar essa jornada.

## Crise de Abstinência

*Longe de trazerem dinamismo, os subsídios causaram dependência*

**Sérgio Lazzarini**

Números divulgados pelo Ministério da Fazenda mostram que, de 2007 a 2016, o Brasil despendeu 723 bilhões de reais em subsídios diversos, incluindo as taxas módicas do BNDES. Longe de trazerem dinamismo à economia, os subsídios causaram uma espécie de dependência química. Inicialmente trouxeram euforia, mas logo em seguida debilitaram o organismo: os investimentos caíram, a infraestrutura permaneceu precária e a indústria minguou. Com o aumento do déficit público exigindo o controle de gastos, grupos empresariais organizados entraram em crise de abstinência. Agora se contorcem e fazem de tudo para ter de volta os estímulos. Dizem que os subsídios são necessários para combater uma doença crônica do Brasil: a falta de financiamento privado de longo prazo.

O diagnóstico é falho. O Brasil

já teve um mercado de longo prazo com fontes privadas. Esqueçam o que aprendemos na maioria dos livros de história: a Primeira República não se resumia às fazendas de café em São Paulo e de leite em Minas. Especialmente entre os anos 1890 e 1915, floresceu um dinâmico mercado de debentures, títulos de longo prazo emitidos por empresas. Investidores compram esses papéis e, assim, emprestam às empresas para que elas toquem os projetos. Em artigo com Aldo Musacchio e João Manoel Pinho de Mello, fizemos uma estimativa do tamanho do mercado de debentures nos dias de hoje caso houvesse a mesma dinâmica encontrada na Primeira República, considerando o crescimento da economia de lá para cá. O resultado: quase duas vezes o que o BNDES empresta atualmente! Naquela época, o governo criou um ambiente favorável à garantia e ao retorno dos empréstimos, reduzindo os riscos percebidos por investidores privados dispostos a financiar empresas.

Anos de intervencionismo e má condução da economia fizeram os empresários exigir subsídios para compensar os riscos que o próprio

governo criou. Resolver esse problema implica melhorar o ambiente de negócios, em vez de mascarar o sintoma com capital público paliativo. Considere o exemplo de um projeto de dragagem portuária em Santos. Investidores privados compraram debentures que financiaram a ampliação de um canal marítimo. Para garantir que o empréstimo seria pago ao longo dos anos, foram dadas como garantias as tarifas cobradas para a passagem dos navios. Por se tratar de um terminal privado, os preços foram negociados entre as próprias companhias, eliminando de cara o risco de o governo intervir buscando "tarifas módicas".

Os subsídios ao crédito fazem parte do problema, e não da solução. Causam um enorme custo ao Tesouro, impedindo uma queda mais generalizada dos juros, e inibem o desenvolvimento do crédito privado, mantendo os grupos empresariais em um ciclo de dependência do setor público. Em tempos de reforma, é hora de esses grupos mudarem seus hábitos e pensarem mais em como redesenhar a estratégia dos seus negócios em vez de circular por Brasília para saciar seu vício.

## Na bocarra do centrão

No campo calcinado da Câmara dos Deputados, finda a batalha que salvou Michel Temer de por ora ser desalojado do cargo, o ferido mais grave era o Partido da Social Democracia Brasileira, mais conhecido como PSDB. Decidir nunca foi o forte do partido de Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas. A imagem do muro identifica-o, do lado derrisório, tanto quanto a do tucano do lado favorável. Nunca, porém, a indecisão foi tão patética quanto a de ficar ou não com o governo Temer. Dela o partido sai dividido e em frangalhos.

O PSDB foi humilhado na votação. Ao declararem o voto, os deputados mais abusados afirmavam fazê-lo em apoio ao "relatório do PSDB". O relatório fora produzido por um quadro então considerado isolado do partido, o mineiro Paulo Abi-Ackel, mas com que prazer, escandindo as sílabas, atribuíam-no a uma orientação partidária. A mensagem era de boas-vindas ao PSDB, tão elegante ao se olhar no espelho, na mesma canoa em que a massa dos deputados rema em busca de cargos, de verbas e de fugir da polícia. Ao concluir-se a votação, mais ainda valeriam as boas-vindas ao revelar-se que, embora pela estreita margem de 22 a 21, a bancada tucana estava com Temer. A caminho do isolamento parecia não Abi-Ackel, mas seus contrários.

Fundado há 29 anos em nome da governança responsável e do combate à corrupção, o PSDB já antes da sessão da Câmara entrara

na era da "refundação". Quando dá o ar de sua graça, a "refundação" indica encrenca. Célebre "refundador", o ex-governador gaúcho Tarso Genro clamou repetidas vezes, desde a tragédia do mensalão, pela refundação do PT. Tasso Jereissati, presidente interino do PSDB, clama-a agora em socorro de seu partido. Ambos estão do lado certo da fronteira da ética. Embora nem um nem outro tenham explicitado o que querem dizer com "refundação", algumas linhas gerais são de presumir, entre as quais reconhecimento dos erros do passado, propósito de não repeti-los, conduta transparente, unidade de ação e limpeza nos quadros.

O problema é que os que desprezam a conversa de refundação são mais espertos, e os mais espertos sempre se revelam mais hábeis em construir maiorias. O PT desprezou-a e foi do mensalão ao petrolão. Hoje, segundo orientação da presidente Gleisi Hoffmann, aprofunda-se no bolivarianismo. O PSDB foi da dúvida à divisão, da divisão a um incurável tormento interno, e nesse trajeto não conseguiu desatrelar-se das fatais companhias de uma mala e uma mochila — a mala dos 500 000 de Rocha Loures, o homem da "mais estrita confiança" de Temer, e a mochila de iguais 500000 do primo de Aécio Neves.

Quatro economistas com atuação no Plano Real ou nos governos FHC — Edmar Bacha, Gustavo Franco, Elena Landau e Luiz Roberto Cunha — enviaram carta a Tasso Jereissati, depois do voto na Câmara,

condicionando sua permanência no partido a uma mudança de rumos. A carta lamenta a incapacidade do PSDB de "dissociar-se de um governo manchado pela corrupção institucionalizada que herdou do PT" e propõe três medidas a ser adotadas na convenção nacional convocada para agosto: a renovação da direção nacional, o abandono dos ministérios que ocupa no governo e, na mesma toada de Tasso, o propósito de "refundar-se programática e eticamente".

O PSDB nasceu na centro-esquerda, como indicam o nome de "social democracia" e as origens de seus líderes históricos. Com o tempo foi empurrado para a direita pelo PT e deixou-se levar. Hoje está sem rumo, ou melhor, abriga rumos diversos e conflitantes. A carta dos economistas acusa o partido de "deixar vazio o centro político ético de que o país tanto precisa". Desde a vitória de Emmanuel Macron na França, o centro está na moda. No Brasil, um arremedo grotesco de centro foi batizado de "centrão"; é o mesmo agrupamento imenso, gelatinoso e mal-intencionado que Fernando Henrique, aproveitando-se de uma definição de Sérgio Buarque de Holanda, chama de "atraso". O centro de que falam os economistas e de que se orgulha Macron seria uma opção para o PSDB refundado. A votação provou no entanto que a práxis do partido está mais para o centrão. E o centrão que, com a bocarra escancarada, lhe deu as boas-vindas na votação da Câmara.